



Mário Abrantes

Está a acontecer na SINAGA um atentado ao património dos Açores

Da Direção Regional da Cultura faz parte a Direção de Serviços de Património que tem por dever zelar pela “preservação e valorização do património construído e imaterial dos Açores”.

Ora o que está a acontecer, nas costas da cidade de Ponta Delgada, com o recheio das instalações da recentemente encerrada fábrica do açúcar da SINAGA (propriedade da Região desde 2010), a um ritmo frenético de execução só explicável pela pressa em o tornar irreversível, é um grave e muito preocupante atentado a um valioso e centenário equipamento industrial pertencente ao património histórico, cultural e social dos Açores.

O facto deste autêntico crime não ter até ao momento sido objeto da intervenção preventiva (ou corretiva) da Direção dos Serviços de Património só pode compreender-se por duas razões, ambas inaceitáveis e fortemente condenáveis: ou porque este governo regional não sabe o que se passa numa área que tutela diretamente, já que estamos a falar de propriedade pública, ou porque é conscientemente responsável ou conivente com este atentado.

E estamos a falar de quê? Estamos a falar do desmantelamento predatório e acelerado, com destino à sucata, de maquinaria e equipamentos cultural e materialmente muito valiosos e únicos que constituíam o núcleo fabril da SINAGA, um núcleo que tanto os entendidos como os cidadãos da freguesia de Santa Clara (estes através de posições já transmitidas ao governo anterior pelos seus órgãos autárquicos) pretendiam que fosse preservado para o futuro com caráter museológico e, eventualmente, objeto da instalação complementar de um centro interpretativo do processo de produção do açúcar de beterraba que durante tantos anos prestou um apreciável contributo à economia dos Açores.

Já vem do governo anterior a tentativa de alienação dos terrenos da fábrica, para pagamento de dívidas da empresa, entretanto regionalizada, e parece estar agora a ser preparada, pelo atual, essa mesma alienação, tentando, de forma intolerável, seduzir potenciais compradores coma oferta ao desbarato de terrenos “limpos” de quaisquer construções, e descurando de forma irresponsável a preservação do património público colocado ao seu cuidado.

Além disso, todo este processo está a passar-se e a concretizar-se em perverso e condenável segredo. E não se use, no presente caso, o pretexto de que o segredo é a alma do negócio, pois sobre aquilo que é gestão do património público pendem obrigatoriamente contas públicas, e em democracia essas contas devem ser transparentes e têm de respeitar os inalienáveis direitos dos seus legítimos proprietários, os cidadãos!

São urgentes tais explicações a Ponta Delgada e, em particular, a Santa Clara. E a honestidade e seriedade políticas exigiriam que essas explicações tivessem sido dadas antes, e não depois, dos factos consumados e tornados irreversíveis. Mas todo o tempo é tempo e até que isso aconteça o desmantelamento das instalações fabris teria de ser, no mínimo, interrompido. E ao recém-eleito presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada apela-se a que assuma neste processo a quota parte das suas responsabilidades, como prova mínima de respeito por aqueles que acabaram de o guindar ao lugar.

Em democracia, o património público não é para escaqueirar ao deus-dará e muito menos para vender ao desbarato a pretexto de atamancar dívidas ou satisfazer clientelas...



Teresa Nóbrega*

Rescaldo

No rescaldo das eleições autárquicas do último domingo propomos abordar, aquelas que no nosso entender, são as duas grandes derrotas destas eleições. O critério adoptado não se refere à perda de qualquer autarquia mas à má disputa eleitoral em autarquias que era importante ganhar.

Para o Partido Socialista estas eleições eram a grande oportunidade para conquistar Ponta Delgada, a “jóia da coroa”. Pela primeira vez desde 2001, quando o PSD candidatou a carismática Berta Cabral, que em Ponta Delgada o PSD não candidatava um presidente em funções na autarquia. Seria a grande oportunidade do Partido Socialista conquistar a tão importante Câmara Municipal de Ponta Delgada. Era suposto que o Partido Socialista apostasse tudo e candidatasse uma das suas figuras mais proeminentes, capaz de disputar a maior autarquia dos Açores num duelo eleitoral sem vencedor à partida.

Mas não foi o que aconteceu e o candidato proposto pelo Partido Socialista, sem colocar em causa as suas qualidades para o exercício do cargo, não era um “peso pesado” do partido e muito menos um candidato capaz de criar empatia com o eleitorado. Esta foi uma das duas grandes derrotas destas autárquicas 2021. A de um Partido Socialista que não se renovou e em que a única figura de peso que poderia apresentar a Ponta Delgada seria o seu próprio presidente. Que futuro a curto e médio prazo para este Partido Socialista? A saúde da democracia nos Açores precisa de um PS forte e combativo.

A outra grande derrota aconteceu a ocidente, no mais pequeno concelho do país. Uma derrota estrondosa da coligação no poder na Região. Nos últimos meses a ilha do Corvo passou a deter a maior concentração do planeta de quadros técnicos superiores por habitante. Não, não estamos a falar na sua escola com 21 professores para 45 alunos. Mas da onda de

nomeações que inundou a ilha de quadros técnicos superiores das mais diversas áreas tornando obsoleto o recenseamento da população de Abril último.

Foi nomeado um engenheiro Delegado das Obras Públicas, neste momento não existe nenhuma, que tem a seu cargo três cantoneiros que fazem a manutenção dos poucos quilómetros da estrada do Caldeirão, única estrada do Corvo, um Delegado para a Juventude e Emprego, um Delegado para o Desenvolvimento Agrário, um Delegado do Desporto, um Delegado dos Serviços Veterinários, uma representante da Vice-Presidência, técnica de diagnóstico hospitalar que vivia na Irlanda e agora regressou ao Corvo e um Delegado do Ambiente, cargo que já estava provido. Em breve serão nomeados os delegados da Economia e o da Saúde

No âmbito da Saúde foi nomeado um novo Conselho de Administração para a Unidade de Saúde onde trabalham um médico e dois enfermeiros. Tudo isto perante o espanto da população, que com o carácter e a dignidade que é seu apanágio, rebelou-se contra a invasão de delegados bem remunerados e com pouco ou nada para fazer e votaram na continuidade do actual presidente do Município.

Esta foi a grande derrota da Coligação PSD/CDS/PPM, que na última semana de campanha, e seguindo as práticas habituais da democracia à açoriana, foram ao Corvo dizer que a ilha só tinha a ganhar se a Câmara e Governo estivessem lado a lado. Imagine-se que o primeiro-ministro Costa tivesse ido a Freixo de Espada à Cinta dizer o mesmo. Caía o “Carmo e a Trindade”.

* Jornalista

A autora escreve segundo a anterior ortografia